



EDUCAÇÃO PÚBLICA E PESQUISA: ATAQUES, LUTAS E RESISTÊNCIAS

Universidade Federal Fluminense
20 a 24 de Outubro de 2019
Niterói - RJ

ISSN 2447-2808

4546 - Trabalho - 39ª Reunião Nacional da ANPEd (2019)
GT02 - História da Educação

Presença franciscana e hegemonia jesuítica no campo da História e da História da Educação no período colonial brasileiro: temáticas, fontes e temporalidade em questão
Luiz Fernando Conde Sangenis - UERJ - FFP - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Peter Johann Mainka - UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina

Presença franciscana e hegemonia jesuítica no campo da História e da História da Educação no período colonial brasileiro: temáticas, fontes e temporalidade em questão

Introdução

A produção historiográfica relativa à história do Brasil e, especificamente, à história da educação brasileira, é marcada por algumas importantes peculiaridades relativas às suas escolhas temáticas, seleção de fontes e demarcações temporais.

Muito poucos trabalhos elegem o período colonial. Da diminuta produção historiográfica que se dedica ao período colonial brasileiro, as temáticas concentram-se majoritariamente e centralmente sobre questões relacionadas à Companhia de Jesus, sua atuação na conquista e colonização, a evangelização e a catequese dos gentios, a domesticação e a civilização dos silvícolas, e a cooperação com as autoridades seculares.

Tudo em detrimento das ações evangelizadoras-educacionais das demais ordens religiosas, franciscanos, carmelitas, mercedários e beneditinos. E quando citadas, de forma subsidiária, nem por isso deixam de ficar no limbo as obras de mesmo tipo e significado daquelas encetadas também pelos jesuítas, como parte substantiva do imenso e secular projeto civilizacional e cultural empreendido por esses variados atores.

Quanto à seleção de fontes, as pesquisas têm por base os documentos produzidos pelos jesuítas e, secundariamente, por referências bibliográficas que também se baseiam nas mesmas fontes jesuíticas. Não obstante – e sobre isso desejamos chamar atenção –, há disponível outras fontes primárias, documentos, manuscritos, arquivos, e mesmo literatura bastante considerável, procedentes de atores pertencentes às citadas ordens, em que avultam aquelas da lavra dos franciscanos, em razão de sua atuação, no Brasil, de norte a sul, e de forma ininterrupta, desde 1500, bem como por terem fundado diversas províncias e custódias cujos membros foram não apenas os mais numerosos, mas os mais complexos, haja vista a diversidade e as peculiaridades dos seus institutos.

Esse desequilíbrio na área de pesquisa da História e da História da Educação sobre a época colonial está no foco das nossas reflexões a seguir.

Temas, perspectivas e fontes: sob o domínio da Companhia de Jesus

Ainda hoje, na historiografia, de modo geral, e na historiografia da educação sobre o Brasil Colonial, de forma consequente, prevalece, com clareza, a perspectiva jesuítica, a visão de uma ordem que chegou mais tarde ao Brasil – em comparação, por exemplo, aos frades franciscanos – e que foi supressa, em 1759, pela Coroa portuguesa, enquanto as outras ordens religiosas continuaram a atuar no Brasil.

No *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1800)*, dirigido e organizado por Ronaldo Vainfas (2000), não há sequer um verbete referente à Ordem Franciscana^[1]. Os livros de História do Brasil e de História da Educação e/ou da Pedagogia no Brasil quando tratam sobre o período colonial também se atêm aos jesuítas, e pouquíssimos^[2] mencionam, ainda que minimamente, a atuação histórica, evangelizadora e educacional de outras ordens religiosas que marcaram presença no Brasil, desde o Século XVI, e nomeadamente da Ordem Franciscana e das suas ramificações, que estão no centro do nosso trabalho.

Igual omissão ou parcimônia constatou-se nas mais diversas reuniões científicas de pesquisadores da História da Educação do Brasil e mesmo do campo mais amplo da História do Brasil. Podemos destacar as nove edições do Congresso Brasileiro de História da Educação (CBHE) da Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE), ocorridos num período de vinte anos; as onze edições do Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação (Colubhe); as treze edições do Congresso Iberoamericano de Historia de la Educación Latino Americana (Cihela); as sete edições Encontro Internacional da História Colonial; o GT de História da Educação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped); os GTs do Simpósio Nacional de História da Associação Nacional dos Professores de História (Anpuh), entre outros. Esse conjunto de eventos científicos representam, de forma exemplar, o palco acadêmico no qual as pesquisas mais atuais da área são apresentadas e discutidas. Os trabalhos refletem, de certa forma, as tendências da pesquisa, sejam elas consolidadas, sejam inovadoras. O conjunto dos temas apresentados fornece uma imagem real das atividades de pesquisa na História da Educação. Nesse sentido, são os lugares adequados para encetar estudos capazes de proporcionar compreensões acerca dos delineamentos que conferem identidade ao campo de pesquisa da História da Educação no Brasil. Quais são as razões desse desequilíbrio? Quais são as suas consequências? E quais são as conclusões para a pesquisa futura?

Uma das razões mais contundentes é o número avassalador de documentos e manuscritos produzidos pelos membros da Companhia de Jesus, uma ordem acentuadamente nova, moderna e baseada, amplamente, na escrita como meio de comunicação tanto interna quanto externa. Em comparação com as outras ordens religiosas que foram fundadas, majoritariamente, na Idade Média, a Companhia de Jesus é percebida pela historiografia atual como modelo exemplar de uma ordem típica dos Tempos Modernos. A *Societas Jesu* se tornou um modelo de dominação, do tipo monárquico-absolutista, cuja organização institucional e administrativa garantiu uma presença coesa e uniforme da ordem em todos os cantos do mundo conhecido naquele momento.

Com o seu sistema rígido de informação e comunicação interna e externa por meio de cartas periódicas e relatos frequentes (FRIEDRICH, 2011), a Companhia de Jesus conseguiu consolidar a estrutura da ordem, estreitar a coesão e identidade dos seus membros, demonstrar os seus feitos extraordinários para as autoridades seculares e todo o mundo externo, e, ao longo do tempo, também adquirir influência notável sobre a posteridade e a memória coletiva. Desse modo, os jesuítas produziram uma multiplicidade de documentos e textos, guardados nos grandes arquivos e nas bibliotecas famosas ou – em grande número – editados e disponibilizados para a pesquisa histórica.

A longa lista de obras famosas dos padres da Companhia de Jesus, familiarizados com a realidade política e socioeconômica, religiosa e geográfica das diferentes regiões do Brasil, evidencia, nitidamente, o predomínio dos jesuítas na historiografia. As suas fontes criaram, em geral, os fundamentos de informação para a história não somente da própria ordem, mas também da política, da economia e da sociedade, em geral.

Os novos métodos didáticos, derivados dos *Exercícios* regulares, desenvolvidos pelo próprio fundador Inácio de Loyola (1491-1556), e o novo currículo e plano organizacional para os estudos, resumido na *Ratio atque institutio studiorum Societatis Jesu* (1599), contribuíram, de fato, para uma melhoria e modernização das escolas controladas por eles nos séculos XVI e XVII. Os sete volumes dos *Monumenta Paedagogica Societatis Jesu Nova Editio* (1540-1616) [1965-1992] e o volume de uma edição mais antiga (1901) são reflexos desses esforços da Companhia de Jesus nessa área durante os Tempos Modernos. Também no Brasil Colonial, a Companhia de Jesus se destacou na educação e formação dos jovens nos seus colégios e nas escolas, identificada como a ordem religiosa que se preocupou, quase que única e exclusivamente, com questões da educação nas terras inóspitas do Brasil Colonial – em detrimento das iniciativas das outras ordens religiosas e, em especial, dos franciscanos, cujas atividades variadas foram diminuídas, assombradas e até despercebidas diante da forte luz da atuação jesuítica nessa área.

As cartas jesuíticas já nos tempos da sua produção circulavam no mundo inteiro dentro da própria Companhia de Jesus e, muitas vezes, fora da própria instituição (BORJA GONZÁLEZ, 2011). O material escrito, produzido, de forma regular, frequente e periódica pela Companhia de Jesus, em forma de cartas, textos e relatos, favoreceu a superioridade das fontes jesuíticas nos arquivos e nas bibliotecas, lugares da memória coletiva de estados e nações, e facilitou a publicação de fontes impressas, que, por sua vez, direcionaram e influenciaram as pesquisas históricas. A maioria delas privilegiou temas ligados à Companhia de Jesus e a perspectiva jesuítica sobre outros assuntos da época colonial – questões do estado, da economia e da sociedade –, enquanto a atuação da Ordem de São Francisco e de outras ordens religiosas ficou marginalizada.

Os franciscanos e a educação no Brasil Colonial: a necessidade de pôr fim ao monopólio da Companhia de Jesus

Em tese, nos tempos atuais, não haveria motivo para a historiografia da educação brasileira dar endosso a uma espécie de exclusivismo da ação jesuítica no cenário educacional brasileiro, bem como apenas servir-se das fontes e referências produzidas pela perspectiva dos jesuítas e da Companhia de Jesus.

Primeiramente, porque é consabido, a partir dos próprios testemunhos dos jesuítas que missionaram o Brasil, a partir de 1549, e que para além dos seus próprios feitos, se referiram às obras alheias^[3] – no que pese todo o tipo de emulação típica dos tempos coloniais entre as ordens religiosas –, terem sido os franciscanos os primeiros missionários a desembarcar no Brasil e aqueles que permanecerão atuantes nas novas terras conquistadas durante os 49 anos iniciais de colonização que precederam a chegada dos inicianos à Bahia. Nesse período, houve, ao todo, nove grupos de franciscanos que atuavam, de forma isolada, na missão e na educação no território brasileiro, sem pretender ou conseguir uma instalação institucional e estável (VAT, 1948).

Não obstante, com base nas fontes tradicionais, a Companhia de Jesus é considerada uma ordem devotada à educação e ao ensino, cujos membros se dedicaram, em geral, às ciências, à pesquisa e à erudição e tornaram-se, em parte, cientistas famosos e especialistas extraordinários em diversas áreas. Os jesuítas são percebidos como pessoas que se esforçaram a aprender, rapidamente, línguas diferentes, sobretudo daquelas populações que deveriam ser convertidas à fé católica, e destacaram-se, conseqüentemente, como autores de gramáticas, dicionários e “artes de língua”. Na sua obra “heroica” de evangelização e conversão dos gentios, salientavam-se por defender, rigorosamente, os interesses e direitos dos indígenas explorados e oprimidos, sem medo diante das autoridades seculares e aceitando até desvantagens e sacrifícios.

Por sua vez, a representação tradicional dos franciscanos, também fundada em estereótipos, é bem diferente: a Ordem de São Francisco, geralmente, é pouco associado à educação, ao ensino ou até à erudição; os seus membros são representados de forma mais simples, incultos, pouco ou não interessados nas ciências ou em questões intelectuais. Os franciscanos, em geral, pouco se preocupavam com línguas estrangeiras e, conseqüentemente, por falta desses conhecimentos linguísticos, a sua catequese dos indígenas teria sido, em grande parte, mais exterior e superficial. Quanto às suas relações com as tribos brasileiras, os franciscanos foram considerados obedientes às autoridades seculares, apoiando a opressão e a exploração dos indígenas pelos colonos brancos, sem questionar os excessos ocorridos.

Ambas as representações simplificadas e exageradas são clichês que não correspondem à realidade histórica, mas, ainda hoje, parecem induzir parte da sociedade, às vezes, deixando marcas nos livros didáticos e currículos escolares. As duas ordens atuavam na educação e no ensino, uma parte dos seus membros dedicava-se à pesquisa e à erudição, escrevendo obras primas nas diversas áreas e tornando-se especialistas extraordinários. A aprendizagem das línguas indígenas foi o fundamento de qualquer conversão de indígenas, assim que nas duas ordens encontram-se, dependendo das capacidades individuais, “línguas” de excelente qualidade. E as relações dos religiosos das duas ordens com os indígenas sempre foi ambígua: por um lado os missionários colaboraram com as autoridades seculares e apoiaram a conquista, a colonização e o combate aos indígenas, por outro lado, também assumiam lugares e atitudes de defesa dos seus direitos e interesses.

Não há dúvida de que todas as ordens religiosas presentes no Brasil deram sua contribuição à educação. É bem verdade que os jesuítas tinham o monopólio régio para atuar no ensino secundário e superior, em Portugal e em seus domínios. Todavia, os religiosos, indistintamente, por ordenação da Coroa, erigiam e administravam as aldeias de índios com o intuito de catequizar e civilizar os silvícolas. Frades e padres congregados pelos seus institutos construíam as suas escolas contíguas às igrejas. Nisso e em muitos outros encargos nada diferiam entre si. Todas as ordens contribuíram para construir a cultura brasileira e a mentalidade da sua população, a religiosidade popular, em regiões distintas e em períodos diferentes.

Com a extinção da dinastia de Avis – com a morte do jovem D. Sebastião (1554-1578), em 1578, e do seu sucessor, D. Henrique (1512-1580), em 1580, aos 68 anos – e com a subida do rei espanhol Felipe II (1527-1598) da dinastia habsburgo-espanhola como Felipe I ao trono português – devido a uma crise de sucessão, a coroação realizou-se somente em 1581 –, houve, obviamente, novas iniciativas de missão no Ultramar e novas possibilidades para as outras ordens religiosas. Nesse período de transição e da instalação definitiva da União Ibérica (1580-1640), o monopólio anterior da Companhia de Jesus foi abalado e outras ordens religiosas foram autorizadas a enviar missionários ao Brasil, como os carmelitas (em 1580), os beneditinos (em 1582) e os franciscanos (em 1585) (MAINKA, 2017).

Desde o estabelecimento definitivo dos franciscanos, no Brasil, em 1585, com a ereção do Convento de Nossa Senhora das Neves, em Olinda (PE), era interesse dominante da Ordem dotar os conventos de escolas e cursos: “Escolas de primeiras letras mantidas ‘fora da portaria’ para o ensino da doutrina aos índios e estudos dentro do convento para os candidatos ao sacerdócio foram duas linhas de pensamento presentes desde o momento da fixação” (AMORIM, 1999, p. 364; OLIVEIRA, 2017).

Mal postos os pés em Olinda, os frades iniciaram a catequese entre os indígenas. Jaboatão (1858) dá notícias de que, em 1586, os franciscanos fundaram um internato para os curumins, local em que aprendiam a doutrina cristã e eram ensinados a ler, escrever, contar, cantar e tocar instrumentos musicais. Os curumins do internato acompanhavam os missionários nas viagens aos sertões e a diferentes aldeias, cooperando imensamente na atividade catequética, de modo a encontrar os termos adequados e as comparações próprias para explicarem aos adultos os conceitos da religião cristã^[4]. A escola dos meninos era “o principal cuidado dos religiosos” (JABOATÃO, 1858, p. 150)^[5]. O cronista franciscano salienta que, entre as matérias de ensino, a música era aquela que mais apreciavam os índios, em razão de sua inclinação cultural, e elogia o pronunciado talento dos alunos que, com maestria, cantavam e tocavam instrumentos musicais nos atos litúrgicos^[6].

Os franciscanos instalavam as suas escolas de gramática ou primeiras letras, entre a igreja e a residência, nas localidades em que atuavam. Segundo as estatísticas de Frei Apolinário da Conceição, em 1740, apenas os conventos eram vinte e nove^[7].

Frei Jaboatão dá notícias de que, na Província do Norte, a de Santo Antônio, a partir de 1718, funcionavam aulas gratuitas nos Conventos de Serinhaém, Cairu, São Cristóvão, Penedo, Alagoas e Igarassu. Essas escolas contavam com a ajuda do Rei, a título de retribuição, com esmolas para a enfermaria do Convento^[8].

Quando o provincial da Província do Santo Antônio do Brasil, Frei Manuel da Ressureição, solicitou, em 1739, da Coroa portuguesa o aumento do número máximo de franciscanos, limitado naquele momento a 236 religiosos, ele justificou o seu pedido, entre outro, com “a atuação (dos franciscanos) como mestres de gramática extramuros” (OLIVEIRA, 2017), atividades regulares e integrais nos conventos existentes. Por meio de um Aviso Real de 1740, o número máximo foi elevado a 400, mas não satisfizes as necessidades das décadas seguintes. Com o mesmo argumento utilizado em 1739, os franciscanos repetiram, em 1779, a solicitação de um outro aumento do número máximo, destacando, de novo, as suas atividades educacionais nos seus conventos, ou seja: os franciscanos desenvolveram atividades nítidas na área da educação durante a época colonial, como Tania Iglesias (2010) já tinha destacado.

Ao sul, na região coberta pela Província da Imaculada Conceição do Brasil^[9], os franciscanos realizavam missões-volantes, tendo por base os seus conventos, de modo que não estabeleciam residência permanente nas aldeias de índios. A partir da primeira metade do século XVIII, também foram responsáveis por escolas de primeiras letras. Informações de Frei Apolinário da Conceição dão conta de que, no ano de 1733, existiam aulas gratuitas de gramática, em quatro conventos do sul, Macacu, Cabo-Frio, Taubaté e Itu, onde se ensinava também a ler, escrever e contar; e, por volta de 1740, o mesmo Frei Apolinário da Conceição afirma ter esse número aumentado para cinco, mas sem nomear o quinto^[10], supondo Frei Basílio Röwer (1947, p. 150) tratar-se do Convento de Vitória.

Segundo Frei Venâncio Willeke (1961, p. 87),

Enquanto as escolas dos jesuítas de preferência visavam às cidades, as escolas dos franciscanos beneficiavam o interior, onde os padres seculares na qualidade de capelães dos engenhos de açúcar instruíam tão somente os filhos da chamada “Casa Grande” ficando porém os povoados dependentes da caridade dos filhos de São Francisco.

Quanto ao ensino secundário propriamente dito, a atuação franciscana só foi possível após a expulsão dos jesuítas. Por designação régia, os franciscanos assumiram várias escolas dos jesuítas e fundaram tantas outras. Em Pernambuco, os franciscanos foram chamados “a abrir aulas nos conventos do Recife e Olinda, evitando assim que os rapazes estudantes perdessem o tempo” (MUELLER, 1957, p. 174). O mesmo ocorreu na Paraíba. A pedido do Governador de Pernambuco, os franciscanos abriram “classes e escolas, sem embargo de não ter acomodações competentes, assim na referida Vila [de Recife] como nas cidades de Olinda e Paraíba, por serem as únicas terras desse Governo em que não as tinham, por pertencerem aos Religiosos Jesuítas”^[11]. Em resposta às ações do Governador de Pernambuco, o próprio Conde de Oeiras, futuro Marquês de Pombal, em despacho expedido em 12 de novembro de 1759, sugere que se deem aos capuchos mais classes, se preciso, atestando haver “entre eles quem seja capaz de as reger”^[12]. Os estudos secundários para leigos estabelecem-se progressivamente em conventos franciscanos, mesmo em aldeias de índios, como informou Maria do Carmo Tavares Miranda (1969, p. 207). Apesar da ordem do Marquês de Pombal dada em 1759, que proibiu aos religiosos dar aulas públicas de primeiras letras e de gramática, os franciscanos continuaram a ministrá-las dentro e fora dos muros conventuais, na segunda metade do século XVIII, pelo menos até o ano de 1785 (OLIVEIRA, 2017, p. 130s.), numa época em que os conventos franciscanos já haviam entrado num processo de envelhecimento dos seus religiosos (OLIVEIRA, 2017, p. 131s.).

Encontramos também análises consistentes da educação brasileira no período colonial que alargam o âmbito educativo para além do ensino formal escolarizado. Afinal, o número de alunos e de escolas das ordens religiosas era ínfimo. Não esqueçamos que a impressão de livros ou a circulação de jornais eram proibidas, e as raras possibilidades de leitura restringiam-se à minudência das bibliotecas eclesiais ou de alguns particulares. Evidentemente que os processos de educação popular que atingiam a massa não eram os escolarizados. Segundo Duran (2013), ainda que afeitas à esfera religiosa, as manifestações públicas da fé, a ação litúrgica, as festas e as devoções religiosas, as procissões, as pregações, as artes sacras produziam efeito formativo notável sobre a sociedade colonial.

A alegada falta de fontes franciscanas

Finalmente, é necessário superar a pretensa ausência de fontes documentais que justificaria a insuficiente avaliação da historiografia acerca da obra que realizaram os franciscanos no âmbito da política e da sociedade, da cultura e da educação na época do Brasil Colonial. Não obstante a imensa quantidade de fontes jesuíticas e a facilidade de acesso a elas, há abundantes fontes franciscanas disponíveis a quem queira se dedicar à sua investigação, no que pese a dispersão e a pouca organização dessas fontes.

Inicialmente, temos que nos remeter às histórias e crônicas produzidas pelos próprios franciscanos no período colonial, porém menos conhecidas entre o público acadêmico e menos exploradas pelos cientistas e pesquisadores que se ocupam com as questões do Brasil Colonial. Trata-se dos seguintes autores e das suas obras: Frei Manuel da Ilha (?-1637) (PACHECO, 2018) e a sua *Narrativa da Custódia de Santo Antônio no Brasil* (1621) [1975]; Frei Vicente do Salvador (1564-1636/39?) e a sua *História do Brasil* (1500-1627), publicada a primeira vez nos Anais da Biblioteca Nacional (1888) e editada, novamente, em 1918, por Capistrano de Abreu; finalmente, Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão (1695-1779) e o seu *Novo orbe seráfico brasílico ou Chronica dos frades menores da provincia do Brasil* (1761), estruturado em cinco partes e publicado em dois volumes (1858/1862). Em relação à fauna e à flora do Brasil, destacam-se os seguintes autores: Frei Cristóvão de Lisboa (1583-1652), considerado um dos primeiros naturalistas do Brasil e firme defensor dos direitos dos indígenas, e a sua *História dos animais e árvores de Maranhão* (1627), um manuscrito redescoberto somente, em 1933, e impresso, a primeira vez, em 1967, e Frei José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811), nascido na comarca do Rio Grande das Mortes (MG), botânico e cientista natural, que publicou a sua famosa *Flora Fluminensis* (1825/27), fruto dos seus estudos botânicos realizados na região do Rio de Janeiro [2018].

Podemos acrescentar duas obras famosas de religiosos que participaram, no início do século XVII, da invasão dos franceses no Maranhão, região no norte do Brasil naquela época ainda pouco conhecida e explorada, e do projeto colonizador da França Equinocial (DAHER, 2007). Trata-se de duas obras em francês, uma do capuchinho Frei Claude d'Abbeville (?-1616/1632?), intitulada *Histoire de la Mission des Peres Capucins en l'Isle de Maragnan e terres circonvoisines* (1614) [2008], publicada a primeira vez em 1874 por César Augusto Marques, e outra do Frei Yves d'Evreux (1577?-1620?), intitulada *Voyage au nord du Brésil, fait en 1613 et 1614* (1615) [2002] com informações valiosíssimas sobre os indígenas tupinambá e os seus costumes.

Existe, portanto, um número disponível razoável de histórias e crônicas, relações e descrições escritas por autores franciscanos; de forma impressa, um número, obviamente, menor do que no lado jesuítico, mas, quanto ao valor de informação, não menos importante. A historiografia franciscana, especialmente a obra volumosa de Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, contém ainda muitos detalhes e pormenores que possam dar novas e outras luzes à História e, especialmente, à História da Educação no Brasil Colonial.

Quanto às fontes primárias, os manuscritos e documentos guardados nos arquivos públicos, eclesiásticos e sobretudo franciscanos, afirma Maria Adelina Amorim (1999, p. 362-63) que “a inventariação sistemática e posterior tratamento arquivístico da documentação existente contribuiriam de forma decisiva para o reequacionamento da temática” [13]. Devido ao seu sistema implantado à instituição de comunicação regular e frequente, de forma escrita, de baixo para cima e vice-versa, a Companhia de Jesus produziu, naturalmente, mais manuscritos e documentos do que a ordem de São Francisco, baseada mais na comunicação oral, e as outras ordens religiosas. Mesmo assim, os franciscanos no Brasil Colonial, distribuídos em duas províncias a partir de 1675/77, precisavam também da comunicação escrita – como qualquer outra instituição – entre os conventos, casas e missões e os superiores provinciais, entre os comissariados, as custódias e as províncias e a central da ordem em Roma, e entre as instituições da ordem franciscana e as autoridades seculares no Brasil e em Portugal.

As fontes históricas disponíveis, os resultados dessas correspondências cobrem quatro séculos da ação franciscana, de norte a sul do país, e estão sob a guarda de dois arquivos administrados pelas Províncias Franciscanas de Santo Antônio do Brasil, com sede em Recife, PE, e da Imaculada Conceição do Brasil, com sede em São Paulo, SP. Além disso, podem ser encontrados reflexos da atuação franciscana também no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) e na Torre do Tombo, ambos em Lisboa, bem como em outros arquivos eclesiásticos.

Os dois Arquivos Franciscanos, o de Recife e o de São Paulo, são detentores de acervos dos mais variados tipos e cobrem séculos da vida e da missão dos religiosos. Boa parte desse acervo está bem preservada e tratada; outra ainda aguarda por higienização, restauração e acondicionamento. Os Arquivos surpreendem pela variedade e pelo valor do acervo disponível. Engloba os mais diversos âmbitos: obras raras impressas, manuscritos encadernados, crônicas, livros ainda inéditos, documentos avulsos, fotografias (entre elas, 384 fotografias, em preto e branco, de manifestações religiosas afro de comunidade de candomblé do Recôncavo da Bahia), iconografias (cerca de vinte mil imagens que abarcam paisagens regionais, monumentos, atividades religiosas e sociais, viagens, vida e costumes de povos indígenas das regiões Nordeste e Amazônica), filmes, material de uso pastoral, documentos relativos às associações e confrarias religiosas de laicos, musicografia, cartografia, artes visuais, numismática, filatelia, objetos pessoais, além de acervo de documentos de escravos.

Está à espera dos pesquisadores um riquíssimo material que suscita uma variada gama de interesses e de temáticas sob o esforço analítico das antigas e das atuais influências do franciscanismo, na história, na sociedade e na cultura popular e nas suas formas de expressão.

Ao contrário da Companhia de Jesus, quase não há publicações de fontes impressas nem séries desse tipo. Manuscritos e documentos da Ordem Franciscana foram publicados, de forma esparsa e isolada, mas um projeto de disponibilizar esses documentos, seja de forma impressa, seja de forma digital, até agora não existe.

Nas décadas de 1950 e 1960, historiadores franciscanos, a exemplo de Venâncio Willeke, Bonifácio Müller, Basílio Röwer e Dagoberto Romag, realizaram amplas pesquisas sobre a história da Ordem Franciscana no Brasil, conseguindo disponibilizar novos documentos manuscritos para a historiografia. O nível documental alcançado pelos frades-historiadores pertencentes às duas Províncias Franciscanas existentes no Brasil, naquele período, formou a base de conhecimento para a maioria dos estudos nas décadas seguintes.

Considerações finais

A partir da virada para o século XXI, percebe-se uma série de novos trabalhos científicos sobre a atuação missionária e educacional da Ordem de São Francisco no “*Portuguese Seaborne Empire*” (BOXER, 1969) e, especialmente, no Brasil Colonial [14]. Apesar dessas novas iniciativas pesquisadoras e de os ricos acervos dos Arquivos Provinciais Franciscanos no Recife e em São Paulo estarem à disposição da pesquisa histórica, ainda ficam, em grande parte, despercebidos. A Ordem de São Francisco permanece, ainda, na atualidade, à sombra da Companhia de Jesus.

Nossa intenção foi a de colaborar no esforço de dar visibilidade ao que já foi produzido, nas duas últimas décadas, e reforçar a percepção de diversos pesquisadores, ainda que em iniciativas isoladas, da necessidade de tematizar as demais ordens religiosas que estão ainda a merecer atenção da historiografia, tanto no campo mais largo da História do Brasil, quanto mais, especificamente, no campo da História da Educação Brasileira. Importante que novas fontes documentais, além das jesuíticas, sejam levantadas e mesmo catalogadas com o objetivo de facilitar o trabalho dos pesquisadores que se interessem pela atuação de outras ordens que marcaram presença no período colonial brasileiro.

Constatamos que, em relação aos franciscanos, houve avanços significativos consubstanciados em trabalhos de maior fôlego e que inventariam parte das fontes atualmente conhecidas e acessíveis ao público, não obstante considerarmos que muito está por ser feito.

Se conseguirmos incluir a voz franciscana no coro do passado – e isso é possível, sem dúvida alguma –, teremos uma visão mais adequada à atuação das duas ordens religiosas na época colonial e à realidade histórica, em geral, do Brasil Colonial.

Referências

AMORIM, M. A. A formação dos franciscanos no Brasil-Colônia à luz dos textos legais. *Lusitania Sacra*, 2ª série, 11, 1999, p. 361-377.

AMORIM, M. A. *Os franciscanos no Maranhão e Grão-Pará: missão e cultura na primeira metade de seiscentos*. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 2005.

AMORIM, M. A. *A missão franciscana no estado do Grão-Pará e Maranhão: 1622-1750. Vol. II – Elenco Documental* (Tese de Doutorado). Universidade de Lisboa, Lisboa, 2011.

ARANHA, M. L. de A. *História da Educação e da Pedagogia: Geral e Brasil*. São Paulo: Moderna, 2006.

BORJA GONZÁLES, G. *Die jesuitische Berichterstattung über die Neue Welt. Zur Veröffentlichungs-, Verbreitungs- und Rezeptionsgeschichte jesuitischer Americana auf dem deutschen Buchmarkt im Zeitalter der Aufklärung*. Göttingen: Vandenhoeck & Ruprecht, 2011.

BOXER, C. M. *The Portuguese Seaborne Empire 1415-1825*, London: Hutchinson, 1969.

CARTA do Governador de Pernambuco para Sebastião José de Carvalho e Mello informando-o das providências tomadas para a substituição dos Jesuítas como professores na Capitania, *Arquivo Ultramarino*, Pernambuco, Cx. 52, documento sem número.

CASIMIRO, A. P. Bittencourt Santos. *A procissão de cinza dos terceiros franciscanos da Bahia. Uma expressão religiosa, pedagógica e barroca no mundo colonial*. Campinas, SP: Librum, Navegando, 2012.

CONCEIÇÃO, A. da. [1730]. Epítome do que em breve suma contém esta Província de Nossa Senhora da Conceição da Cidade do Rio de Janeiro do Estado do Brasil. *Revista do IHGB*, Vol. 296, jul-set., 1972.

CONCEIÇÃO, A. da. *Primazia Seráfica na Regiam da America, novo descobrimento de Santos, e Veneraveis Religiosos da Ordem Serafica, que enobrecem o novo Mundo com suas virtudes, e aççoens*, Lisboa Occidental., 1733.

CONCEIÇÃO, A. da. *Claustro Franciscano erecto no domínio da coroa Portuguesa, e estabelecido sobre dezeseis venerabilissimas columnas. Expoem-se sua origem, e estado presente, a de seus conventos e mosteiros. annos de suas Fundações, numero de Hospícios, Prefeituras, Recolhimentos, Parochias, e Missoens, dos quaes se dá individual noticia, e do numero de seus Religiosos, Religiosas, Terceiros, e Terceiras, que vivem collegialmente, tanto em Portugal como em suas Conquistas*. Lisboa: Off. de António Isidoro da Fonseca, 1740.

D'ABBEVILLE, C. *História da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão e terras circunvizinhas*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2008.

DAHER, A. *O Brasil francês: as singularidades da França Equinocial - 1612-1615*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DESPACHO expedido pelo Conde de Oeiras para o Governador de Pernambuco dando conta das vantagens econômicas em ser divulgado o justo motivo da expulsão dos jesuítas, etc., *Arquivo Ultramarino*, Pernambuco, Cx. 52, documento sem número.

D'EVREUX, Y. *Viagem ao norte do Brasil, feita nos anos 1613 a 1614 (1615)*. São Paulo: Siciliano, 2002.

DURAN, M. R. da C. *Retórica à moda brasileira: transições da cultura oral para a cultura escrita no ensino fluminense de 1746-1834*. São Paulo: Unesp, 2013.

FARIA, P. S. de. *A conquista das almas do oriente: franciscanos, catolicismo e poder colonial português em Goa (1540-1740)*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

FRIEDRICH, M. *Der lange Arm Roms? Globale Verwaltung und Kommunikation im Jesuitenorden (1540-1773)*. Frankfurt am Main et al.: Campus Verlag, 2011.

IGLESIAS, T. C. *A experiência educadora da Ordem franciscana: aplicação na América e sua influência no Brasil colonial* (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

ILHA, M. da. *Narrativa da Custódia de Santo Antônio no Brasil 1584/1621*. Introdução, notas e tradução portuguesa de Frei Ildefonso Silveira. Petrópolis: Vozes, 1975.

JABOATÃO, A. de S. M. *Novo orbe serafico brasílico ou Chronica dos frades menores da província do Brasil*. Partes 1 e 2. Rio de Janeiro: Tipografia Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, 1858-1862.

LISBOA, C. de. *História dos animais e árvores de Maranhão*. Erstes Dookument über die Natirgeschichte (Manuskript 1627, 1933 wiederentdeckt und 1967 gedruckt).

MAINKA, P. (2017, jan./abr.). A serviço da Igreja e da Coroa - missão, domesticação e colonização: os franciscanos e os gentios (1585-1619). *Revista Teoria e Prática da Educação*, v. 20, n. 1, 2017, 5-22. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/44905>. Acesso em: 20 jan. 2019.

MIRANDA, M. do C. T. *Os franciscanos e a formação do Brasil*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1969.

MUELLER, B. Origem e desenvolvimento da Província de Santo Antônio. In Vari. *Província Franciscana de Santo Antônio do Brasil: 1657-1957*, Volume I, Recife: Provincialado Franciscano, 1957.

OLIVEIRA, C. S. (2017, set/dez). Os franciscanos na Província de Santo Antônio do Brasil: formação religiosa e instrução entre o setecentos e o oitocentos na Paraíba. *Revista História da Educação*, 21(53), 120-143. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/64462>. Acesso em: 02 fev. 2019.

PACHECO, M. L. Cronista de uma Custódia distante: Fr. Manuel da Ilha e sua Narrativa da Custódia de Santo Antônio do Brasil (1621). *Revista de História*. 177, may, 2018, p. 1-32. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/325631883_Cronista_de_uma_custodia_distante_fr_Manuel_da_Ilha_e_sua_Narrativa_da_Custodia_de_santo

Acesso em: 24 jan. 2019.

ROMAG, D. *História dos franciscanos no Brasil: 1500-1659*. Curitiba: Tip. João Haupt & Cia, 1940.

RÖWER, B. *A Ordem Franciscana no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1947.

SANGENIS, L. F. C. Gênese do pensamento único em educação: franciscanismo e jesuitismo na História da Educação Brasileira. Petrópolis: Vozes, 2006.

SALVADOR, V. de. *História do Brasil de Frei Vicente do Salvador*. Edição e introdução de Maria Lêda Oliveira. História e política no império português do séc. XVII. 2 vols., Rio de Janeiro: Versal / São Paulo: Odebrecht, 2008.

SAVIANI, D. *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Campinas: Autores Associados, 2007.

VAT, O. V. D. Os primeiros missionários de Santa Catarina, *Revista Vozes de Petrópolis*, Petrópolis, fasc. 5, 1944, p. 656-57.

VAT, O. V. D. The First Franciscans of Brazil. *The Americas*. Cambridge, 5(1) 1948, p. 18-30.

VELLOZO, J. M. da C. *Flora Fluminensis*. Documentos. Reedição ampliada. Niterói/Rio de Janeiro: EdUFF/Arquivo Nacional, 2018.

WILLEKE, V. Escolas Franciscanas do Brasil. *Revista da Escola de Belas Artes de Pernambuco*, Recife, ano V, nº 1, 1961, p. 81-93.

Notas

[1] Ordem Franciscana, como popularmente mencionada, foi fundada por São Francisco de Assis, em 1209, e oficialmente denominada de Ordem dos Frades Menores (OFM).

[2] São eles, Sangenis (2006), Aranha (2006) e Saviani (2007), sendo que Saviani e Aranha limitam-se a mencionar e a comentar rapidamente a pesquisa original de Sangenis (2004), ainda, no formato de tese.

[3] Várias são as cartas jesuíticas que se referem à ação dos franciscanos no Brasil antes da chegada dos jesuítas. Sobre o assunto conferir Vat (1944).

[4] Jaboatão, Antônio de Santa Maria (1858-1862). *Novo orbe seráfico brasílico ou Chronica dos frades menores da província do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Brasiliense de Maximiano Gomes Ribeiro, Parte I, Vol. 2, Livro I, nº 136, p. 150.

[5] Idem.

[6] Jaboatão, Antônio de Santa Maria. Op. cit. Parte I, Vol. 2, Livro I, nº 137, p. 151.

[7] Conceição, Apolinário da (1740).

[8] Jaboatão, Antônio de Santa Maria (1858-1861). Op. Cit. Parte II, Vol. II, Livro III, nº 289, p. 339; nº 469, p. 514, nº 537, p. 582; nº 555, p. 605; nº 563, p.611.

[9] Essa Província foi erigida, oficialmente, no dia 15 de julho de 1675, pelo Papa Clemente X, mediante a Bula *Pastoralis Officii*, desmembrada da Província de Santo Antônio do Brasil.

[10] Conceição, Apolinário da (1733, 1740, 1972).

[11] Carta do Governador de Pernambuco para Sebastião José de Carvalho e Mello informando-o das providências tomadas para a substituição dos Jesuítas como professores na Capitania, *Arquivo Ultramarino*, Pernambuco, Cx. 52, documento sem número.

[12] Despacho expedido pelo Conde de Oeiras para o Governador de Pernambuco dando conta das vantagens econômicas em ser divulgado o justo motivo da expulsão dos jesuítas, etc., *Arquivo Ultramarino*, Pernambuco, Cx. 52, documento sem número.

[13] A própria Amorim (2011) dá relevante contribuição nesse sentido. O segundo tomo de sua tese de doutorado é um elenco documental em que apresenta e transcreve cartas, decretos, consultas, relatórios, petições, certificados, processos judiciais, contratos, pareceres jurídicos e teológicos, inquirições, bem como bulas e breves papais, ofícios, cartas régias, memórias, termos, inventários de bens, registros de contabilidade, assentos de disputas entre os vários ramos da Ordem Franciscana, e com outras ordens e instituições públicas e privadas, assim como outros textos considerados importantes para o esclarecimento da problemática da missão nos territórios do Maranhão e Grão-Pará durante os séculos XVII e XVIII, boa parte deles inéditos.

[14] Podem ser mencionados, entre outros, os estudos de Amorim (2005), Sangenis (2006), Iglesias (2010), Casimiro (2012) e Faria (2013); informações bibliográficas completas nas referências bibliográficas.